

TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 18 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018			2019	2018	2019	2018
CIRCULANTES											
Caixa e equivalentes de caixa	5	741	404	11.339	5.454	Fornecedores	15	17	10	7.553	6.513
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	4.892	4.646	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	33.812	18.782
Contas a receber	7	-	-	31.515	48.463	Obrigações sociais e trabalhistas		121	87	1.302	980
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	53.294	51.082	Obrigações tributárias		579	210	5.593	8.599
Adiantamentos a fornecedores						Impostos diferidos	17	-	-	2.696	1.197
Impostos a recuperar	8	376	946	6.917	7.129	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		7.401	11.122	11.042	19.805
Estoques		-	-	26.356	18.930	Outras contas a pagar		-	-	606	333
Dividendos e juros sobre capital próprio		8.496	13.023	-	-	Total dos passivos circulantes		8.118	11.429	62.604	56.209
Outras contas a receber	11	458	459	10.792	8.054						
Total dos ativos circulantes		10.085	14.832	145.215	143.969	NAO CIRCULANTES					
NÃO CIRCULANTES											
Depósitos bancários vinculados	6	-	-	5.671	12.433	Fornecedores	15	-	-	55	
Arrendamento mercantil a receber	9	-	-	201.614	233.756	Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	109.537	168.912
Impostos a recuperar	8	-	-	2.909	4.295	Partes relacionadas	10	14.486	47.512	14.486	47.512
Depósitos judiciais		492	492	1.318	1.250	Impostos diferidos	17	-	-	24.948	26.228
Partes relacionadas	10	32.610	32.079	32.610	32.079	Outras contas a pagar		-	-	3.066	2.859
Outras contas a receber	11	1.325	1.779	2.764	3.657	Total dos passivos não circulantes		14.486	47.512	152.092	245.566
Investimentos	12	188.870	185.459	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	13	-	-	141.720	152.508	Capital social		100.000	36.591	100.000	36.591
Intangível	14	2.351	2.547	2.369	2.566	Reservas de lucros		113.129	141.656	112.499	140.425
Total dos ativos não circulantes		225.648	222.356	390.975	442.544	Total do patrimônio líquido	19	213.129	178.247	212.499	177.016
						Participação de acionistas não controladores		-	-	108.995	107.722
						Total do patrimônio líquido	19	213.129	178.247	321.494	284.738
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
TOTAL DOS ATIVOS		235.733	237.188	536.190	586.513	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		235.733	237.188	536.190	586.513

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	-	-	97.910	90.718
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	-	-	(41.972)	(36.245)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55.938</u>	<u>54.473</u>
Resultado de equivalência patrimonial	22	33.638	38.506	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	22	(983)	(877)	(9.905)	(9.329)
Honorários dos Administradores	22	-	-	(1.648)	(1.629)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	-	-	224	42
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>32.655</u>	<u>37.629</u>	<u>44.609</u>	<u>43.557</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	23	2.092	1.913	30.384	44.552
Despesas financeiras	23	(3.070)	(6.099)	(18.367)	(24.603)
Variação cambial líquida	23	-	-	(152)	137
Total		<u>(978)</u>	<u>(4.186)</u>	<u>11.865</u>	<u>20.086</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>31.677</u>	<u>33.443</u>	<u>56.474</u>	<u>63.643</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(516)	-	(14.940)	(17.376)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	784	1.276
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	-	-	7.745	8.382
Total		<u>(516)</u>	<u>-</u>	<u>(6.411)</u>	<u>(7.718)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>31.161</u>	<u>33.443</u>	<u>50.063</u>	<u>55.925</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		2,768	2,970		
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Acionistas controladores				31.762	34.042
Acionistas não controladores				<u>18.301</u>	<u>21.883</u>
				<u>50.063</u>	<u>55.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.161	33.443	50.063	55.925
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>31.161</u>	<u>33.443</u>	<u>50.063</u>	<u>55.925</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Acionistas controladores			31.762	34.042
Acionistas não controladores			<u>18.301</u>	<u>21.883</u>
			<u>50.063</u>	<u>55.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucros acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		36.591	4.872	101.858	9.426	-	152.747
Lucro líquido do exercício							
Destinação do lucro:		-	-	-	-	33.443	33.443
Reserva legal	19	-	1.672	-	-	(1.672)	-
Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,71 por ação)	19	-	-	-	-	(7.943)	(7.943)
Reserva de lucros retidos	19	-	-	23.828	-	(23.828)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		36.591	6.544	125.686	9.426	-	178.247
Estorno dos dividendos adicionais (R\$0,99 por ação)	19	-	-	11.122	-	-	11.122
Aumento de capital	19	63.409	-	(63.409)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.161	31.161
Destinação do lucro:							
Reserva legal	19	-	1.558	-	-	(1.558)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,66 por ação)	19	-	-	-	-	(7.401)	(7.401)
Reserva de lucros retidos	19	-	-	22.202	-	(22.202)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		100.000	8.102	95.601	9.426	-	213.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018 E DE 2017
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros					Atribuível a proprietários da controladora	Participação de acionistas não controladores	Total
			Reserva legal	Reserva dos lucros retidos	Dividendos mínimos obrigatórios	Lucro (prejuízos) acumulados				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017										
		36.591	4.354	100.546	9.426	-		150.917	107.819	258.736
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	34.042		34.042	21.883	55.925
	Destinação do lucro:									
19	Reserva legal	-	1.702	-	-	(1.702)		-	-	-
19	Reserva de lucros retidos	-	-	24.397	-	(24.397)		-	-	-
19	Dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos (R\$0,71 por ação)	-	-	-	-	(7.943)		(7.943)	(21.980)	(29.923)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018										
		36.591	6.056	124.943	9.426	-		177.016	107.722	284.738
19	Estorno dos dividendos adicionais (R\$0,99 por ação)	-	-	11.122	-	-		11.122	-	11.122
19	Aumento de capital	63.409	-	(63.409)	-	-		-	-	-
	Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	31.762		31.762	18.301	50.063
	Destinação do lucro:									
19	Reserva legal	-	1.558	-	-	(1.558)		-	-	-
19	Reserva de lucros retidos	-	-	22.803	-	(22.803)		-	-	-
19	Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais (R\$2,17 por ação)	-	-	-	-	(7.401)		(7.401)	(17.028)	(24.429)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019										
		100.000	7.614	95.459	9.426	-		212.499	108.995	321.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		31.161	33.443	50.063	55.925
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	196	196	11.128	10.934
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	13	-	-	4	42
Variação cambial líquida	23	-	-	152	(137)
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	16 e 23	-	-	13.434	17.398
Amortização do custo de captação sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.143	114
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	-	-	(962)	(1.753)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	-	-	(3.653)	(649)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	-	-	(784)	(1.276)
Encargos sobre mútuos	10	525	3.631	525	3.631
Juros e multas a faturar	-	-	-	(1.296)	(17.110)
Reversão do ajuste a valor presente	23	-	-	(21.153)	(23.374)
Resultado da equivalência patrimonial	12 e 22	(33.638)	(38.506)	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		454	455	18.698	(1.859)
Arrendamento mercantil a receber		-	-	54.736	51.175
Adiantamentos a fornecedores		(14)	-	(14)	(1.293)
Estoques		-	-	(7.426)	(4.793)
Impostos a recuperar		570	(754)	(6.084)	(11.089)
Outras contas a receber		1	1	(2.280)	1.133
Depósitos judiciais		-	-	28	7
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		4.527	(12.506)	4.527	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		7	10	888	121
Impostos a recolher		369	203	9.502	14.766
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	-	(3.824)	245
Obrigações sociais e trabalhistas		34	7	322	482
Dividendos a pagar		-	-	-	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	16	-	-	(6.337)	(7.826)
Outras contas a pagar		-	-	481	(998)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>4.192</u>	<u>(13.820)</u>	<u>111.818</u>	<u>83.816</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	13	-	-	(147)	(1.722)
Depósitos bancários vinculados		-	-	7.478	2.911
Dividendos recebidos		<u>30.227</u>	<u>35.468</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>30.227</u>	<u>35.468</u>	<u>7.331</u>	<u>1.189</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	-	-	(95.584)	(54.254)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	43.500	-
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	(501)	-
Dividendos pagos		-	-	(26.597)	(12.932)
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas		<u>(34.082)</u>	<u>(21.541)</u>	<u>(34.082)</u>	<u>(21.541)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(34.082)</u>	<u>(21.541)</u>	<u>(113.264)</u>	<u>(88.727)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>337</u>	<u>107</u>	<u>5.885</u>	<u>(3.722)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	404	297	5.454	9.176
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	741	404	11.339	5.454
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>337</u>	<u>107</u>	<u>5.885</u>	<u>(3.722)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TEP TERMOELÉTRICA POTIGUAR S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TEP Termoeletrica Potiguar S.A. ("Companhia" ou "TEP") é uma sociedade por ações de capital fechado, CNPJ 04.853.028/0001-22, controlada pela Global Participações em Energia S.A. ("GPE"), com sede em Salvador, Bahia, constituída em 10 de janeiro de 2002, tendo por objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica em todo o território nacional, sob a forma de Produtor Independente de Energia Elétrica ("PIE"), bem como a participação em outras empresas que tenham por objeto a geração e comercialização de energia elétrica em todo o território nacional.

A TEP possui participações societárias diretas nas seguintes empresas em 2019:

- Companhia Energética Manauara ("CEM"), sociedade anônima de capital fechado, controlada pela TEP e pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), com sede em Manaus - Amazonas. A CEM é uma unidade termoeletrica ("UTE") com 85.380 kW de potência instalada (cinco unidades geradoras de 17.076 kW), nos termos Resolução Autorizativa ANEEL nº 608, de 13 de junho de 2006. A CEM iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006.

Toda a energia firme gerada é integralmente transferida para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), anteriormente denominada como Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("AME"), conforme contrato firmado originalmente com a Manaus Energia, S.A. em 20 de maio de 2005, com vigência de 20 anos. Findo este prazo a usina será revertida ao patrimônio da "Amazonas GT" sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina e a produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC06 (R2) -Operações de arrendamento mercantil, uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato.

- Água Limpa Energia S.A. ("AGL"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica ("PCH") no Rio Palmeiras, com 14 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 422, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Água Limpa entrou em operação comercial em 21 de dezembro de 2010 nos termos do Despacho ANEEL nº 3.968, de 20 de dezembro de 2010.
- Areia Energia S A. ("ARE"), sociedade por ações de capital fechado, controlada pela TEP, com sede em Dianópolis - Tocantins é uma pequena central hidrelétrica ("PCH") no Rio Palmeiras, com 11,4 MW de potência instalada, nos termos da Resolução Autorizativa ANEEL nº 421, de 23 de janeiro de 2006, estabeleceu-se como PIE. A PCH Areia entrou em operação comercial em 24 de fevereiro de 2011 nos termos do Despacho ANEEL nº 838, de 24 de fevereiro de 2011.

As vigências das autorizações das PCHs Água Limpa e Areia Energia são de 8 de novembro de 2033 e 21 de janeiro de 2034, respectivamente, podendo ser prorrogadas, a pedido do PIE e a critério da ANEEL. No fim destes prazos, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original e a depreciação apurada por auditoria de Poder Concedente.

As PCHs possuem contrato no âmbito da primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA, que tem como objeto a venda da energia contratada às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, pelo prazo de vinte anos a contar da data planejada da operação comercial, sendo a vigência até 24 de fevereiro de 2031 para Areia e vigência até 30 de outubro de 2030 para Água Limpa, observadas as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, às quais se submetem as partes.

Mecanismo de Realocação de Energia

As Controladas Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A. fizeram opção por participar do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes desse mecanismo. Não obstante, por força de ser inscrita e contratada no âmbito do PROINFA, as contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela CCEE e repassadas à Eletrobras, que, por sua vez, é responsável por enviar às integrantes do MRE os montantes relativos ao custo (em caso de geração abaixo do contratado) ou receita (caso as empresas gerem energia acima do contratado). As Controladas realizam a contabilização da provisão pela competência e, no fim do ano, o saldo é dividido em 12 parcelas e deduzido ou acrescido na fatura do ano subsequente.

Repactuação de Riscos Hidrológicos

Conforme estabelecido na Medida Provisória nº 688, em dezembro de 2015, o governo sancionou a Lei nº 13.203 que trata da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015.

As Controladas aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico ("SP100") ao Consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até o fim dos contratos de venda de energia.

Devido ao fato de que as Controladas aderiram à repactuação em 2016 e os efeitos são retroativos à 2015, houve a contabilização da reversão do custo do "Generation Scaling Factor - GSF" de 2015 e, em contrapartida, a contabilização do custo do prêmio do ano. Para 2016, devido ao não recebimento do cálculo do custo/receita do MRE por parte da Eletrobras, as Controladas contabilizaram uma provisão do saldo com base em estudos de consultoria energética e o montante do prêmio atualizado. Conforme repactuação assinada, a Eletrobras possui o direito de realizar o desconto do custo do MRE original de 2015 (considerando o GSF) nas faturas emitidas posteriormente, mas tal desconto começou a ser efetuado apenas em 2019.

O montante do GSF repactuado líquido do prêmio e considerando as provisões do MRE na data base de 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.798 (R\$2.291 em 2018) para a ARE e R\$1.047 (2018, R\$3.043) para a AGL. As retenções dos valores devidos iniciaram em 2019. As controladas acompanham tais retenções com base na planilha de controle previamente divulgada pela Eletrobras.

No exercício de 2019, foram reconhecidos nos resultados das Controladas os montantes de R\$853 (R\$1.116, 2018) para a ARE e R\$218 (R\$1.220 em 2018) para a AGL, referentes ao prêmio do risco hidrológico repactuado, reversão do custo do GSF de 2015 e à provisão do custo do MRE de 2019 e 2018 contabilizados líquidos na rubrica de receita de vendas de energia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e normas da ANEEL, quando aplicáveis.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 17 de março de 2020, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Conversão de saldos em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a respectiva moeda funcional, Real, usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização destes ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Instrumentos financeiros

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou dele deduzidos valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Deterioração de ativos financeiros

Todas as aquisições de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As aquisições correspondem a compras de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais.
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros.

- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia e suas coligadas. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Arrendamento mercantil a receber

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Controlada CEM, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, estes bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Controlada em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos períodos seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Estoque

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia, quando for o caso, incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada. A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Intangível

Formado por gastos com direitos de outorga, de uso de software e de direito de passagem, que são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa nº 14.

Empréstimos e financiamentos

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no período em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

As despesas de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

Para a controlada CEM, tributada com base no lucro real, as alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A controlada CEM goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (SUDAM) para geração de energia, correspondente a redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007, renováveis por igual período. A companhia efetua a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A controlada CEM faz uso do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac com base na lei de incentivo fiscal nº 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para este fim.

Nos exercícios de 2018 e 2019, as controladas AGL e ARE adotaram o lucro presumido como forma de apuração tributária.

As alíquotas para a presunção do lucro são de 8% para base de cálculo do IRPJ e 12% para base de cálculo da CSLL aplicáveis sobre a receita bruta das Controladas; sobre tais bases aplicam-se as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL, assim como determina a legislação tributária aplicável a empresas enquadradas no lucro presumido.

Incluem-se na base de cálculo do IRPJ e da CSLL as receitas financeiras incorridas no período; estas não possuem margem para redução de lucro, aplicando-se diretamente as alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a base tributável excedente a R\$240, para IRPJ e 9% sobre a base tributável para CSLL.

O tributo diferido da CEM é reconhecido com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para as controladas AGL e ARE, o tributo vinha sendo contabilizado e realizado até 2015, mas com a adoção do lucro presumido em 2016 (em que não existe a figura do tributo diferido), não houve novas adições no ano e a realização foi por meio da venda do prejuízo fiscal e base negativa para parte relacionada Companhia Energética Potiguar.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em função da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as Controladas e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. As Controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se estão atuando como agente ou principal e concluíram que estão atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita de fornecimento de energia das controladas ARE e AGL são reconhecidas no resultado em virtude de sua realização pela competência, com base nos valores estabelecidos nos contratos de compra e venda de energia no âmbito do PROINFA. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa na sua realização.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) da controlada CEM foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal.

Receitas e despesas financeiras

A receita/despesa de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo/passivo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo/passivo.

Receitas e despesas financeiras representam juros e variações monetárias ativas e passivas decorrentes de empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, clientes, partes relacionadas e descontos obtidos de fornecedores, os quais são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

No exercício corrente a Companhia aplicou emendas e novas interpretações, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019, conforme descrito a seguir:

<u>Norma</u>	<u>CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil</u>
<u>Vigência</u>	<u>1º de janeiro de 2019</u>
Principais pontos introduzidos pela norma	Esta norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização destes dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
Impactos da adoção	A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trouxe efeitos para a Companhia e suas controladas.

Não há outras normas e interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espere ter um efeito significativo decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação	
	2019	2018
	Direta	Direta
<i>Pequenas centrais hidroelétricas (PCH)</i>		
Água Limpa Energia S.A.	70%	70%
Areia Energia S.A.	70%	70%
<i>Termoelétricas (UTE)</i>		
Companhia Energética Manauara	60%	60%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas uniformemente nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Todos os saldos e transações entre as empresas e saldos residuais de ativo diferido das controladas foram eliminados na consolidação.

A conciliação do lucro líquido do exercício e do patrimônio líquido entre controladora e consolidado é o seguinte:

	Patrimônio líquido		Lucro líquido do exercício	
	2019	2018	2019	2018
Controladora	213.129	178.246	31.161	33.443
Baixas do diferido das controladas	(630)	(1.230)	-	-
Amortização do ativo diferido	-	-	601	599
Acionistas controladores	212.499	177.016	31.762	34.042
Acionistas não controladores	108.995	107.722	18.301	21.883
Consolidado	321.494	284.738	50.063	55.925

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	-	-	14	8
Aplicações financeiras de alta liquidez	741	404	11.325	5.446
Total	741	404	11.339	5.454

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração que varia de 93% e 97% (97% e 111,27% em 2018) da remuneração do CDI.

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	2019	2018
Banco da Amazônia S.A. - BASA	10.563	12.537
Caixa Econômica Federal - CEF (a)	-	4.542
Total	10.563	17.079
Circulante	4.892	4.646
Não circulante	5.671	12.433
Total	10.563	17.079

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em conexão com contratos de financiamento de longo prazo junto a instituições financeiras credoras, para garantia de pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações), que deverão ser mantidos até o seu vencimento, com remuneração média equivalente entre 97% e 111,27% do CDI (92,4% e 97% em 2018).

- (a) Esses depósitos bancários vinculados foram resgatados em função da antecipação dos empréstimos e financiamentos em novembro de 2019. Conforme nota explicativa nº 16.

7. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2019	2018
Valores a vencer	31.515	31.484
Valores a faturar (a)	-	16.979
Total	31.515	48.463

- (a) Contas a receber decorrente do transitado em julgado favorável à controlada CEM; todo o montante refere-se a juros de mora conforme determinação do juiz - R\$16.979, que teve por objetivo a cobrança de juros de mora da parcela em aberto junto à Amazonas GT.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
IRPJ	2	-	3.157	2.181
IRRF	373	929	1.067	3.149
CSLL	1	17	859	1.423
PIS sobre ativo imobilizado	-	-	47	104
PIS sobre faturamento	-	-	698	782
COFINS sobre ativo imobilizado	-	-	215	475
COFINS sobre faturamento	-	-	3.168	3.193
ICMS a recuperar	-	-	1	1
Outros	-	-	614	116
Total	376	946	9.826	11.424
Circulante	376	946	6.917	7.129
Não circulante	-	-	2.909	4.295
Total	376	946	9.826	11.424

9. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

A controlada CEM reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento financeiro, líquido de impostos, como contas a receber.

	Consolidado	
	2019	2018
Ano de vencimento		
2019	-	51.082
2020	53.294	53.294
2021	55.436	53.294
2022	57.677	53.294
2024 e 2025	149.238	155.764
Subtotal	315.645	366.728
Ajuste ao valor presente	(60.737)	(81.890)
Total	254.908	284.838
Circulante	53.294	51.082
Não circulante	201.614	233.756
Total	254.908	284.838

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2017	311.990
Reversão de ajuste a valor presente	23.374
Baixa por realização	(50.526)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838
Reversão de ajuste a valor presente	21.153
Baixa por realização	(51.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	254.908

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

			Controladora					
Ref.	Encargos incidentes		2019			2018		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(b)	IGPM	32.610	-	2.544	32.079	-	2.467
Companhia Energética Potiguar		3,6%a.a.+CDI	-	14.486	(3.069)	-	47.512	(5.576)
Jones Aranha de Sá		3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(418)
BR - Petróleo Brasileiro S.A.		3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(104)
Total			32.610	14.486	(525)	32.079	47.512	(3.631)
Circulante			-	-		-	-	
Não Circulante			32.610	14.486		32.079	47.512	
Total			32.610	14.486		32.079	47.512	
			-	-	-	-	-	-
<u>Outras contas a receber</u>								
Companhia Energética Potiguar	(c)	sem encargos	1.779	-	-	2.234	-	-
Total			1.779	-	-	2.234	-	-
			Consolidado					
Ref.	Encargos incidentes		2019			2018		
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<u>Mútuo</u>								
RPE - Produtora de Energia Eletrica	(b)	IGPM	32.610	-	2.544	32.079	-	2.467
Companhia Energética Potiguar		3,6%a.a.+CDI	-	14.486	(3.069)	-	47.512	(5.576)
Jones Aranha de Sá		3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(418)
BR - Petróleo Brasileiro S.A.	(a)	3,6%a.a.+CDI	-	-	-	-	-	(104)
Total			32.610	14.486	(525)	32.079	47.512	(3.631)
Circulante			-	-		-	-	
Não Circulante			32.610	14.486		32.079	47.512	
Total			32.610	14.486		32.079	47.512	
			-	-	-	-	-	-
<u>Outras contas a receber</u>								
Companhia Energética Manauara	(d)	sem encargos	-	-	-	4.874	-	-
Companhia Energética Potiguar	(c)	sem encargos	3.657	-	-	4.591	-	-
Total			3.657	-	-	9.465	-	-

- (a) Recursos repassados as controladas AGL e ARE para a viabilização da construção das PCHs Água Limpa e Areia, convertidos em mútuos.
- (b) Valores aportados nas controladas AGL e ARE de acordo com "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda. na aquisição da parcela de 70% sobre os direitos das outorgas das PCHs Água Limpa e Areia.
- (c) Outras contas a receber em função da venda do prejuízo fiscal e base negativa para a parte relacionada Companhia Energética Potiguar ("CEP"), da Controladora e suas controladas Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A., em 71 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2018.
- (d) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/73 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizadas principalmente na Região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor, e o gás natural é entregue à Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas GT, não sendo um custo do processo.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração das Controladas são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração. Durante o exercício de 2019 foram pagos R\$348 (Água), R\$348 (Areia) e R\$952 (CEM), (R\$326 (Água), R\$326 (Areia) e R\$977 (CEM) em 2018) referentes à remuneração da Administração e R\$12 referente à benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da companhia. A companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme informado na nota explicativa nº 15 a Controlada CEM possui, em 31 de dezembro de 2019, saldos a pagar para a Petrobras Distribuidora S.A. no montante de R\$2.353 (R\$1.996 em 31 de dezembro de 2018).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Controlada CEM transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Petrobras Distribuidora S.A., o montante de R\$25.575 (R\$26.874, em 2018). Tais valores são reembolsados pela CCC-ISOL por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, tendo em vista que não é de responsabilidade da CEM o combustível utilizado na geração de energia da usina.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Controlada CEM possuía de adiantamento ao fornecedor Petrobras Distribuidora S.A. um montante de R\$1.362 (R\$646 em 31 de dezembro de 2018).

11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Eletrobrás - CCC-ISOL (a)	-	-	4.891	4.874
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	1.630	738
Adiantamento a funcionários	4	-	4	12
Despesas antecipadas	-	-	642	377
Créditos tributários PERT (b)	1.779	2.234	3.657	4.591
MRE - Mecanismo de Regulação Energética (c)	-	-	2.650	1.079
Outras contas a receber	-	4	82	40
Total	1.783	2.238	13.556	11.711
Circulante	458	459	10.792	8.054
Não circulante	1.325	1.779	2.764	3.657
Total	1.783	2.238	13.556	11.711

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. O óleo combustível é pago pela Eletrobras diretamente ao fornecedor e reembolsado pela CCC-ISOL e o gás natural é entregue a Companhia para industrialização por conta e ordem da Amazonas Energia, não sendo um custo do processo.

A controlada CEM efetua o registro dos valores recebidos no ativo contra valores a pagar no passivo para fins de controle gerencial. Estes são posteriormente revertidos quando da liquidação dos títulos pela Eletrobras junto ao fornecedor.

- (b) Contas a receber da Companhia Energética Potiguar referente à venda de Prejuízos Fiscais e Base Negativa para utilização no PERT - Parcelamento Especial de Regularização Tributária.
- (c) Mecanismo de Relocação de Energia - MRE, corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que, quando um dos consorciados não conseguir suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio. Deste modo, no ano de 2019 a Companhia teve excesso de geração registrando uma receita de MRE. Os valores são liquidados no ano seguintes, em 12 parcelas igual e atualizadas pelo IPCA.

12. INVESTIMENTOS

Participação em sociedades controladas

	2019					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	27.000	60%	50.000	196.354	(28.513)	27.192
Água Limpa Energia S.A.	28.902	70%	41.288	52.401	(10.540)	13.430
Areia Energia S.A.	27.968	70%	39.954	49.110	(8.202)	11.317

	2018					
	Quantidade de ações	Participação da TEP	Capital social	Patrimônio líquido	Dividendos	Lucro líquido
Companhia Energética Manauara	27.000	60%	50.000	197.675	(47.459)	37.672
Água Limpa Energia S.A.	28.902	70%	41.288	49.511	(6.299)	13.100
Areia Energia S.A.	27.968	70%	39.954	45.995	(3.689)	9.616

Movimentação dos investimentos em controladas

	Controladas			
	ALI	ARE	CEM	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	29.897	28.047	124.477	182.421
Resultado de equivalência patrimonial	9.170	6.731	22.605	38.506
Dividendos recebidos	(4.409)	(2.582)	(28.477)	(35.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	34.658	32.196	118.605	185.459
Resultado de equivalência patrimonial	9.401	7.922	16.315	33.638
Dividendos recebidos	(7.378)	(5.742)	(17.107)	(30.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	36.681	34.376	117.813	188.870

13. IMOBILIZADO

Taxa de depreciação anual	(*)	(*)	10%	(*)	(*)	20%	-	-
Custo corrigido								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.313	41.478	269	95.491	97.129	222	232	100
Adições	-	422	11	1.240	-	49	-	-
Baixa	-	(23)	-	(19)	-	-	-	(35)
Transferências	-	20	16	97	98	1	(232)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.313	41.897	296	96.809	97.227	272	-	65
Adições	-	20	38	14	-	62	13	-
Baixa	-	-	-	-	-	(4)	-	-
Transferências	-	-	(7)	8	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de setembro de 2019	1.313	41.917	327	96.831	97.226	330	13	65
Depreciação acumulada								
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(428)	(12.791)	(225)	(29.760)	(31.335)	(96)	-	(36)
Adições	(57)	(1.881)	(20)	(4.485)	(4.245)	(35)	-	(13)
Baixa	-	-	-	-	1	-	-	35
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(485)	(14.672)	(245)	(34.245)	(35.580)	(131)	-	(49)
Adições	(57)	(1.901)	(23)	(4.650)	(4.245)	(42)	-	(13)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de setembro de 2019	(542)	(16.573)	(268)	(38.895)	(39.825)	(173)	-	(62)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2019	771	25.344	59	57.936	57.401	157	13	3
Saldos líquidos 31 de setembro de 2018	828	27.225	51	62.564	61.647	141	-	16

(*) As controladas AGL e ARE realizam o cálculo da depreciação acumulada por meio das taxas que levam em conta a vida útil dos bens, conforme definida no MCPSE anexo à Resolução ANEEL nº 474/12, desde que limitada ao prazo de autorização como produtor independente. A vida útil-econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revisados anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Perdas por redução ao valor recuperável ("impairment")

A Companhia e suas controladas, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela Administração, não identificaram indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019. A Administração entende que o ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa das operações futuras.

14. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização	2019		2018	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<u>Controladora</u>					
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(1.749)	2.351	2.547
<u>Consolidado</u>					
Direito de uso de software	20%	41	(38)	3	3
Direito de passagem - servidões	4,8%	26	(11)	15	16
Direitos de outorga	4,8%	4.100	(1.749)	2.351	2.547
Total		4.167	(1.798)	2.369	2.566

Gastos com direito de uso de software, direito de passagem na constituição de faixa de servidão para as linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Controlada ARE e direito de outorgas correspondente a 70% dos direitos das PCHs Água Limpa e Areia, adquiridos conforme "Contrato Particular de Cessão de Direitos e Outros Pactos" firmado com RPE - Produtora de Energia Elétrica Ltda., deduzido da amortização acumulada, calculado de forma linear pelo prazo remanescente de autorização, a partir da data de entrada em operação das PCHs.

A movimentação do saldo do intangível foi assim constituída:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.743	2.762
Amortização	(196)	(196)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.547	2.566
Amortização	(196)	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.351	2.369

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Amazonas Geração e Transmissão	-	-	1.000	-
Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (a)	-	-	2.235	-
Engenharia São Patrício	-	-	82	76
Gera Geradora de Energia do Amazonas	-	-	391	-
Nunes Fernandes Advogados Associados	-	-	-	823
Petrobrás Distribuidora S.A.	-	-	2.353	1.996
Wartsila (Brasil e Filândia)	-	-	1.141	3.234
Outros fornecedores	17	10	406	439
Total	17	10	7.608	6.568
Circulante	17	10	7.553	6.513
Não circulante	-	-	55	55
Total	17	10	7.608	6.568

- (a) A controladas AGL e ARE aderiram à repactuação do risco hidrológico em 2016, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao Consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco à Conta Bandeiras (gerida pela CCEE), no valor de R\$9,50/MWh (data-base de janeiro de 2015 anualmente atualizado pelo IPCA) até 29/10/2030 (AGL) e 24/02/2031 (ARE).

16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento principal	Taxas efetiva	Consolidado				
			Encargos	Circulante	Não circulante	2019	2018
Caixa Econômica Federal (a)	jun/30	TJLP +	-	-	-	-	51.873
(-) Custos de transação		3,7% a.a.	-	-	-	-	(69)
Subtotal			-	-	-	-	51.804
Banco Bradesco S.A. (c)			80	21.750	19.938	41.768	-
(-) Custos de transação			-	(181)	(302)	(483)	-
Subtotal			80	21.569	19.636	41.285	-
Banco da Amazônia S.A. (b)	mai/30	10% a.a.	-	-	-	-	28.596
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(1.045)
FNO - Sustentavel (e)	nov/25	8,5% a.a.	10	1.014	4.982	6.006	7.021
FNO - Conversao do Gas (e)	nov/25	2,94% a.a.	66	-	11.855	11.921	12.276
Debentures - FDA (d)	jul/27	TJLP + 1,65%	636	10.437	73.064	84.137	89.042
Subtotal			712	11.451	89.901	102.064	135.890
Total			792	33.020	109.537	143.349	187.694
Circulante			792	33.020	-	33.812	18.782
Não circulante			-	-	109.537	109.537	168.912
Total			792	33.020	109.537	143.349	187.694

- (a) Contrato assinado em 25 de setembro de 2006 e aditivo de retificação assinado em 29 de março de 2010, no montante aproximado de R\$36.000 (Areia) e R\$45.000 (Água), para execução do projeto de construção das PCHs, com incidência de juros equivalentes à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 3,9% ao ano até o período de carência e de 3,7% ao ano a partir da amortização do principal. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando em julho de 2010 e programadas para finalizar em junho de 2030, porém ocorreu uma quitação antecipada em 21/11/2019, liquidando totalmente o contrato.
- (b) Contrato assinado em 10 de abril de 2010, no montante de R\$18.503 (Areia) e R\$29.460 (Água Limpa), para execução do projeto das PCHs, com incidência de taxa de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%. As amortizações dos juros são mensais, a partir de 10 de junho de 2010, e as amortizações do principal também são mensais, iniciando em janeiro de 2011 e programadas para finalizar em maio de 2030, porém ocorreu uma quitação antecipada em 21/11/2019, liquidando totalmente o contrato.
- (c) Refere-se à 19.500.000 (Areia) e 24.000.000 (Água) debêntures, emitidas na 1ª emissão de série única com o Banco do Bradesco S.A. no valor de R\$1,00 real cada, totalizando R\$19.500 (Areia) e R\$24.000 (Água), com vencimento em 15 de novembro de 2021, e encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais 0,52% ao ano.

- (d) Em 30 de novembro de 2006, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritas nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de "del credere", à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em dezembro de 2007, finalizando em julho de 2027.
- (e) Contratos assinados em 8 de outubro de 2009 e 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A., nos montantes de R\$44.214 e R\$10.133, respectivamente, sendo o primeiro para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoelétrica e os demais para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Os empréstimos têm incidência de juros fixos equivalentes a 10% e 2,94% ao ano e 15% de inadimplência, com amortizações mensais e sucessivas, iniciando-se em novembro de 2007, novembro de 2011 e dezembro de 2015 e finalizando em abril de 2019, outubro de 2026 e novembro de 2025, respectivamente. O financiamento de R\$44.214 teve antecipações ao longo de 2018.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Circulante	Não circulante	Total
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	28.368	203.894	232.262
Juros e variações monetárias provisionadas	17.398	-	17.398
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(7.826)	-	(7.826)
Amortização dos custos de captação	114	-	114
Transferências	34.982	(34.982)	-
Pagamentos de principal	(54.254)	-	(54.254)
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	18.782	168.912	187.694
Captação de empréstimos	21.750	21.750	43.500
Juros e variações monetárias provisionadas	13.434	-	13.434
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(6.337)	-	(6.337)
Aquisição dos custos de captação	(199)	(302)	(501)
Amortização dos custos de captação	1.143	-	1.143
Transferências	80.823	(80.823)	-
Pagamentos de principal	(95.584)	-	(95.584)
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	33.812	109.537	143.349

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	2019	2018
2020	-	18.073
2021	31.788	19.063
2022	12.152	19.063
2023	12.835	19.063
2024	14.898	56.664
2025 em diante	37.864	36.986
Total	109.537	168.912

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Água Limpa Energia S.A. e Areia Energia S.A.

Foi firmado um contrato de Cessão Fiduciária de direitos creditórios e outras avenças ("contrato de Garantia") outorgando ao debenturista o direito dos recebíveis dos contratos de compra e venda de Energia CT - Proinfa/PCH - MRE - 036/2004 e 037/2004.

Esses contratos também incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants".

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido
Relação de dívida líquida / Ebitda	Maior do que 2,5

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

Companhia Energética Manauara

Tipo do financiamento	Garantias
FNO Operacional	Fiança da Petrobras Distribuidora S.A. ("Petrobras") (40%) e Termoeletrica Potiguar S.A. ("TEP") (60%) + garantia do contrato do 07/0017-2 - FNO.
FNO Conversão do Gás	(a) Hipoteca do terreno da usina; (b) construções civis vinculadas ao contrato nº FII-G-084-07/0017-2 (construção civil, instalações e infraestrutura geral); (c) máquinas e equipamentos financiados por meio do contrato nº FII-G-084-07/0017-2, referente a cinco motores navais modelo Wartsilla, completos com suas partes e acessórios; (d) cinco geradores; e (e) alienação fiduciária de três compressores.
Debêntures FDA	Hipoteca do terreno da usina; (b) alienação fiduciária das máquinas e dos equipamentos; (c) seguro "performance" de conclusão do empreendimento; (d) cessão de direitos dos direitos emergentes de concessão e penhor dos recebíveis provenientes do contrato de suprimento e energia firmado entre a Amazonas GT e a Companhia; (e) fiador: TEP e Petrobras; e (f) intervenientes: TEP e Petrobras.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de "performance" de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos "covenants", conforme apresentado a seguir:

Cláusula restritiva - "covenant"	Índice requerido	Instituição
Depósito vinculado ao contrato FDA	Uma vez o valor do maior serviço da dívida FDA	SUDAM
Depósito vinculado ao contrato FDA	Depositar mensalmente valor equivalente a 1/6 (um sexto) da somatória do maior serviço da dívida FDA	SUDAM

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, todas as cláusulas restritivas financeiras e não financeiras foram atendidas.

17. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Consolidado	
	2019	2018
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	931	563
PIS e COFINS diferidos	1.765	496
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	25.616	26.784
Diferenças temporárias	(668)	(418)
Total	<u>27.644</u>	<u>27.425</u>
Circulante	2.696	1.197
Não circulante	24.948	26.228
Total	<u>27.644</u>	<u>27.425</u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto nº 3.000/99, artigo 409; no Decreto-lei nº 1.598/77, artigo 10, § 3º; na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 21/79; e na Lei nº 9.718/98, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os impostos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSLL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do pronunciamento técnico CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

18. CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas estão expostas a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perdas nas ações. Quando o risco de perda é provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

As principais demandas judiciais são as seguintes:

- a) As controladas ARE e AGL são autoras de ação de desapropriação por utilidade pública em trâmite na Justiça Estadual de Tocantins de parte da área onde estão localizadas as PCHs. O objeto da ação é a determinação do valor de avaliação dos imóveis, destinados às instalações das PCHs. Contudo, as controladas ARE e AGL já têm a posse das áreas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, as controladas tinham depósitos judiciais relativos a estes processos no montante de R\$11 (Água) e R\$224 (Areia). Os assessores jurídicos da Companhia consideram prováveis as chances de êxito e, por esta razão, a Administração da Companhia não constituiu nenhuma provisão para fazer face de eventuais perdas.
- b) A Resolução CNPE no 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional - SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Desde abril de 2017, em função da publicação da Lei 13.360, de 17 de novembro de 2016 e do Despacho ANEEL 1.146, de 25 de abril de 2017, a cobrança deste encargo voltou a ser aplicada apenas ao segmento de consumo.

Durante a vigência da regra estabelecida pela Resolução CNPE nº3/2013, as controladas não perceberam os repasses destes custos pela Eletrobras, que se encontra protegida por demanda judicial própria. A jurisprudência favorável da Ação Anulatória nº 0027834-41.2013.4.01.3400, proposta por Apine e Abragel, reforça a perspectiva de não pagamento deste encargo.

Desta forma, as controladas efetuaram o registro dos custos do ESS no valor da liquidação financeira divulgados pela CCEE (R\$76, Água Limpa e R\$55 Areia), sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

- c) Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEM possuía duas causas de natureza tributária no montante de R\$44 as quais são consideradas como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

- d) Em 31 de dezembro de 2019, a Controladora TEP possuía uma causa de ação cautelar inominada com pedido de liminar, em desfavor da União, cujo objeto consiste no pedido de obtenção de certidão negativa de débito e consequente recolhimento de débitos tributários, no montante de depósito judicial de R\$492.

De acordo com os assessores jurídicos da Companhia não há expectativas de perdas prováveis nas demandas judiciais em andamento. Dessa forma nenhuma provisão para perdas foi constituída.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia no montante de R\$100.000 (em 2018, R\$36.591) está representado por 11.259.420 ações ordinárias, sem valor nominal e distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Global Participações em Energia S.A.	9.007.536	80
Petrobras Petróleo Brasileiro S.A.	2.251.884	20
Total	<u>11.259.420</u>	<u>100</u>

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; após esta destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir. Em 2019, houve constituição de R\$1.558 (Em 2018, R\$1.672).

Reserva de lucros retidos

A Companhia destinou a conta de reserva de lucros (lucro retido) o saldo remanescente do lucro líquido do exercício, no valor de R\$33.324 (R\$23.828 em 31 de dezembro de 2018) observado o disposto no artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Excesso de reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$105.065. A destinação desse excesso, foi deliberada pela assembleia geral de acionistas pela integralização de capital social no montante de R\$63.409, regularizando o excesso de reservas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía saldo de reservas de lucros superior ao capital social em aproximadamente R\$13.129.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2018, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária distribuiu R\$3.983 (R\$0,09 por lote de mil ações) em dividendos complementares aos acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais foram totalmente pagos.

Em 25 de setembro de 2018, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$25.950 (R\$0,58 por lote de mil ações) em dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, os quais foram totalmente pagos.

Em 24 de outubro de 2018, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$9.756 (R\$0,22 por lote de mil ações), referente a um complemento dos dividendos intermediários referentes ao 1º semestre de 2018, os quais foram totalmente pagos.

No exercício de 2018, a controlada Companhia Energética Manauara declarou, por meio de aprovações em Reuniões do Conselho de Administração, juros sobre capital próprio no montante de R\$7.771 (R\$0,17 por lote de mil ações).

Em 30 de abril de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$9.722 (R\$0,22 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2018.

Em 11 de julho de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.765 de juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2019 (31 de dezembro de 2018, R\$7.771 de juros sobre capital próprio), os quais foram totalmente pagos.

Em 21 de agosto de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$11.787 (R\$0,26 por lote de mil ações) de dividendos adicionais do exercício de 2019 aprovados pelo Conselho da Administração (31 de dezembro de 2018, R\$39.688 de dividendos), os quais foram totalmente pagos.

Em 18 de dezembro de 2019, a controlada Companhia Energética Manauara, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.239 de juros sobre capital próprio referente ao segundo semestre de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 23 de abril de 2018, a controlada Areia Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$67 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2017, condicionada à disponibilidade de caixa, os quais foram totalmente pagos.

Em 13 de agosto de 2018, a controlada Areia Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$3.622 referentes à distribuição de dividendos intermediários, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos.

Em 21 de março de 2019, a controlada Areia Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$5.514 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2018, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram pagos R\$2.955.

Em 23 de abril de 2018, a controlada Água Limpa Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$1.204 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2017, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos.

Em 13 de agosto de 2018, a controlada Água Limpa Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$5.095 referentes à distribuição de dividendos intermediários, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram totalmente pagos.

Em 21 de março de 2019, a controlada Água Limpa Energia S.A., por meio de reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição de R\$7.350 referentes à distribuição de dividendos complementares ao exercício de 2018, condicionada à disponibilidade de caixa, dos quais foram pagos R\$3.650.

Em 24 de abril de 2019, a controladora, por meio de reunião do Conselho de Administração, deliberou a reversão do saldo de R\$11.122 a título de dividendos a pagar para conta de reservas de lucros retidos.

Em 2019, a Controladora destinou os dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$7.401, sendo R\$5.921 aos acionistas majoritários e R\$1.480 para os minoritários (Em 2018, R\$7.943, sendo R\$4.766 aos acionistas majoritários e R\$3.177 para os minoritários).

Lucro por ações

O lucro básico diluído por lote de mil ações dar-se-á da seguinte forma:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	31.161	33.443
Quantidade de ação por lote de mil	11.259	11.259
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	2,768	2,970

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	2019	2018
Lucro líquido em 31 de dezembro	31.161	33.442
Reserva legal	(1.558)	(1.672)
Base para dividendos	29.603	31.770
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	7.401	7.943

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.677	33.443	56.474	63.643
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL (34%)	(10.770)	(11.371)	(19.201)	(21.639)
Diferenças temporárias e permanentes				
Ajuste decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 06	-	-	(4.637)	(3.520)
Demais adições e exclusões	10.254	11.371	10.907	9.685
Impostos correntes sobre lucro real	(516)	-	(12.931)	(15.474)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(2.009)	(1.902)
Imposto de renda e contribuição social	(516)	-	(14.940)	(17.376)
Incentivos fiscais do imposto de renda	-	-	7.745	8.382
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	784	1.276
Total de imposto de renda e contribuição social no resultado	(516)	-	(6.411)	(7.718)

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2019	2018
Receita de venda de energia	148.210	135.793
Deduções de venda		
PIS	(2.168)	(1.828)
COFINS	(9.994)	(8.423)
ICMS	(37.141)	(33.942)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(997)	(882)
Total	97.910	90.718

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos e despesas com pessoal e administradores	(525)	(457)	(5.542)	(5.124)
Depreciação e amortização	(196)	(196)	(11.761)	(10.934)
Custo de utilização do sistema de distribuição	-	-	(1.119)	(1.086)
Custos com manutenção e operação	-	-	(28.734)	(23.239)
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(50)	(45)
Custos e despesas com seguros	-	-	(1.188)	(1.187)
Despesas com viagens e comunicações	(7)	(1)	(677)	(524)
Serviços de terceiros	(2)	(1)	(1.409)	(690)
Assessoria e consultoria	(98)	(91)	(2.637)	(3.242)
Tributos	(73)	(19)	(680)	(298)
Resultado de equivalência patrimonial	33.638	38.506	-	-
Outras despesas (receitas)	(82)	(112)	496	(792)
Total	32.655	37.629	(53.301)	(47.161)
Classificados como:				
Custos de operação e manutenção	-	-	(41.972)	(36.245)
Resultado de equivalência patrimonial	33.638	38.506	-	-
Despesas gerais e administrativas	(983)	(877)	(9.905)	(9.329)
Honorários dos Administradores	-	-	(1.648)	(1.629)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	224	42
Total	32.655	37.629	(53.301)	(47.161)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimento de aplicações financeiras	16	15	1.533	1.753
Juros recebidos sobre contrato de mútuo	2.544	2.467	2.544	2.467
PIS e COFINS sobre receita financeira	(510)	(571)	(619)	(1.474)
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	-	-	21.153	23.374
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	-	-	3.653	649
Outras receitas financeiras, líquidas	42	2	2.120	17.783
Subtotal	2.092	1.913	30.384	44.552
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(13.434)	(17.398)
Amortização de custo de captação	-	-	(1.143)	(114)
Juros sobre contrato de mútuo	(3.069)	(6.098)	(3.069)	(6.098)
Outras despesas financeiras, líquidas	(1)	(1)	(721)	(993)
Subtotal	(3.070)	(6.099)	(18.367)	(24.603)
Variações cambiais líquidas	-	-	(152)	137
Total	(978)	(4.186)	11.865	20.086

(a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento

mercantil.

- (b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

24. SEGUROS

As controladas AGL, ARE e CEM possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas de seguro compatíveis com o seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas Controladas diretas e indiretas possuíam contratos com as seguintes coberturas de seguros:

	TEP	AGL	ARE	CEM
Riscos nomeados e operacionais de geração e transmissão de energia	-	105.935	94.118	260.000
Lucros cessantes	-	29.131	21.759	40.000
Responsabilidade civil geral e de Administradores e Diretores (D&O)	15.000	15.000	15.000	20.500

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia e suas controladas apresentam exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresentam exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia e de suas controladas é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração da Companhia e de suas controladas tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias dos recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar este risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes com a Eletrobras e Amazonas GT, a Companhia e suas controladas entendem que não existem riscos de inadimplência por parte desses clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade da Companhia e suas controladas cumprirem as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia e suas controladas. A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia e suas controladas, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações oriundas das flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia e suas controladas vêm negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - o contrato de fornecimento de energia elétrica das controladas Areia e Água Limpa foram celebrados no ambiente regulatório, no âmbito do PROINFA com a Eletrobras e o contrato de arrendamento mercantil da controlada CEM foi celebrado com a Amazonas GT. A Companhia e suas controladas não possuem proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de energia - as controladas da Companhia que geram energia elétrica por meio de PCHs estão sujeitas a período prolongado de escassez de chuva o que reduzirá o volume de água nos reservatórios. Numa situação extrema isto implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios não há expectativa de redução na produção de energia. A fim de mitigar este risco, as controladas aderiram ao MRE - Mecanismo de Relocação de Energia, que corresponde a um consórcio nacional das geradoras de energia proveniente de fonte hidráulica, que quando um dos consorciados não consegue suprir a energia contratada, o consórcio fornece a energia complementar, assim como o excesso de geração é disponibilizado ao consórcio.

Quanto à escassez de combustível - A controlada CEM gera energia por meio de UTE; numa situação extrema em que não haja oferta de óleo diesel pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela controlada, implicaria redução de receita e aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados junto a grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução na produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas, classificados como custo amortizado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

		Controladora						
Ativos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	741	-	-	-	-	-	741
Outras contas a receber	Custo amortizado	458	454	454	417	-	-	1.783
Total		1.199	454	454	417	-	-	2.524
Passivos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Fornecedores	Custo amortizado	17	-	-	-	-	-	17
Dividendos à pagar	Custo amortizado	7.401	-	-	-	-	-	7.401
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	121	-	-	-	-	-	121
Obrigações tributárias	Custo amortizado	579	-	-	-	-	-	579
Total		8.118	-	-	-	-	-	8.118
		Consolidado						
Ativos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	11.339	-	-	-	-	-	11.339
Depósito bancários vinculados	Valor justo por meio do result	4.892	-	-	-	-	5.671	10.563
Contas a receber	Custo amortizado	31.515	-	-	-	-	-	31.515
Arrendamento mercantil a receber	Custo amortizado	53.294	39.657	45.183	51.249	57.890	7.635	254.908
Outras contas a receber	Custo amortizado	10.792	1.269	1.078	417	-	-	13.556
Total		111.832	40.926	46.261	51.666	57.890	13.306	321.881
Passivos financeiros	Mensuração contábil	2020	2021	2022	2023	2024	2025 em diante	Total
Fornecedores	Custo amortizado	7.553	-	-	-	-	55	7.608
Empréstimos, financiamentos e debêntur	Custo amortizado	33.812	31.788	12.152	12.835	14.898	37.864	143.349
Dividendos à pagar	Custo amortizado	11.042	-	-	-	-	-	11.042
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado	1.302	-	-	-	-	-	1.302
Obrigações tributárias	Custo amortizado	5.593	-	-	-	-	-	5.593
Outras contas a pagar	Custo amortizado	606	-	3.066	-	-	-	3.672
Total		59.908	31.788	15.218	12.835	14.898	37.919	172.566

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando a receita bruta, saldos de aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas oferecem o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2019. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%.

		Controladora					
		Cenário			Saldo		
		Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
Modalidade	Risco	I	II	III	I	II	III
		(*)	25%	50%		25%	50%
Passivo - Partes relacionadas							
Contratos de mútuo	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(14.486)	(15.384)	(15.609)
Total passivo partes relacionadas					(14.486)	(15.384)	(15.609)
Ativo - Partes relacionadas							
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	32.610	34.107	33.733
Total ativo partes relacionadas					32.610	34.107	33.733
Ativo - Aplicações financeiras							
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	741	775	767
Total depósitos bancários vinculados					741	775	767
Total líquido					18.865	19.498	18.891
* Fonte: Banco Santander							
Efeito no patrimônio líquido					-	633	26
							(582)

Modalidade	Risco	Consolidado						
		Cenário				Saldo		
		Provável I	Possível II	Remoto III	Contábil	Provável I	Possível II	Remoto III
		(*)	25%	50%			25%	50%
Passivo - Empréstimos e financiamentos								
Banco da Amazônia S.A.	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(84.137)	(89.353)	(90.658)	(91.962)
Banco Bradesco S.A.	Alta da CDI	4,59%	5,74%	6,89%	(41.285)	(43.180)	(43.654)	(44.128)
	Total empréstimos e financiamentos				(125.422)	(132.533)	(134.311)	(136.090)
Passivo - Partes relacionadas								
Contratos de mútuo	Alta da TJLP	6,20%	7,75%	9,30%	(14.486)	(15.384)	(15.609)	(15.833)
	Total passivo partes relacionadas				(14.486)	(15.384)	(15.609)	(15.833)
Ativo - Partes relacionadas								
Contratos de mútuo	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	32.610	34.107	33.733	33.358
	Total ativo partes relacionadas				32.610	34.107	33.733	33.358
Ativo - Aplicações financeiras								
Aplicações financeiras	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	741	775	767	758
Caixa Econômica Federal	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	96	100	99	98
Banco Santander S.A.	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	1.789	1.871	1.851	1.830
XP Investimentos CCTVM S/A	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	5	5	5	5
	Total aplicações financeiras				2.631	2.751	2.722	2.691
Ativo - Depósitos bancários vinculados								
Banco da Amazônia S.A.	Baixa do CDI	4,59%	3,44%	2,30%	10.563	11.048	10.927	10.805
	Total depósitos bancários vinculados				10.563	11.048	10.927	10.805
Receita								
Receita de venda	Baixa do IGP-M	7,30%	5,48%	3,65%	148.210	159.029	156.324	153.620
	Total receita				148.210	159.029	156.324	153.620
	Total líquido				54.106	59.017	53.786	48.551
* Fonte: Banco Santander					Efeito no patrimônio líquido	-	4.911	(320)
								(5.555)

Instrumentos financeiros derivativos - Manauara

O contrato de emissão das debêntures mencionado na nota explicativa nº 16 permite à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM optar por converter em ações preferenciais ou ordinárias as debêntures subscritas, até o limite de 15% do montante das debêntures subscritas. Esta opção concedida à SUDAM caracteriza um derivativo, a ser reconhecido nas demonstrações financeiras. De acordo com o pronunciamento CPC 38 - Instrumento Financeiro: Reconhecimento e Mensuração. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia entende não haver mais saldo de valor justo deste derivativo no valor do passivo não circulante.

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuem contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$2.007 (Água Limpa) R\$1.751 (Areia), relacionados com:

- Encargos de transmissão de energia no valor de R\$476 (Água Limpa) e R\$388 (Areia), com vigência até 26 de dezembro de 2031.
- Operação e manutenção das usinas no valor de R\$1.182 (Água Limpa) e R\$1.077 (Areia), com vigência até 31 de outubro de 2020.
- Assessoria e gestão no valor de R\$349 (Água Limpa) e R\$286 (Areia), com vigência indeterminada.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada CEM possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$18.116, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$217, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$15.136, com vigência até 1º de maio de 2026.

- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.220, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$417, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.126, com vigência indeterminada.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As principais transações que não afetaram o caixa em estão descritas a seguir:

Exercício de 2019 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.566 (Água Limpa), R\$1.861 (Areia) e R\$12.109 (CEM).
- Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.536 (CEM).

Exercício de 2018 (Consolidado)

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$2.272 (Água Limpa), R\$1.756 (Areia) e R\$12.550 (CEM).
 - Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos R\$1.536 (CEM).
-

